

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Da Editoria de Economia

O governo está contando com os pagamentos de juros que o Banco do Brasil terá que fazer ao Tesouro até o fim deste mês, por conta da utilização de seus recursos, para compensar os desvios registrados até agora na meta de contenção do déficit público, já que fechar o semestre com estouro neste "critério de desempenho" — além dos estouros já admitidos na inflação e na expansão monetária - obrigaria o País a pedir "perdão" (**waiver**) ao Fundo Monetário Internacional (FMI), alterando mais uma vez o "programa de ajustamento".

A informação é de assessores dos ministros da área econômica, ao confirmarem que até agosto — quando vem a Brasília nova missão técnica do FMI — o Governo pretende rediscutir o orçamento monetário, substituindo a meta de apenas 50% de expansão da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público, mais depósitos à vista nos bancos) por novo teto mais folgado, além de pedir também a revisão do limite para crescimento do déficit público corrigido pela inflação e pelo câmbio.

No Ministério da Fazenda acredita-se que talvez não seja necessário rever formalmente a meta de expansão monetária — que dá os parâmetros do aperto no crédito e na moeda — no contato com os técnicos do FMI, pois psicologicamente funcionaria manter o objetivo de 50% mesmo sabendo que deve dar bem mais até o fim do ano. No Banco Central os técnicos que têm contato com os economistas do Fundo

acham que isso dá certo e será melhor rever formalmente os percentuais. Na Secretaria do Planejamento admite-se que a revisão do orçamento pode ser necessária inclusive para abrir espaço a algum crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo semestre, sem abrir mão do controle monetário na base das "rédeas curtas".

Em todas as áreas espera-se o fechamento dos números de junho, para depois ver o que fazer quando a economista Ana Maria Jul, do FMI, retornar ao País (provavelmente em julho, antes da chegada da missão em agosto). NO mês passado ela levou, para ser resolvida pelo **staff** em Washington, a proposta brasileira de revisão não apenas das expectativas de inflação (o FMI estimava em 8% a média mensal do semestre, e isso será praticamente impossível), mas também dos critérios de cálculos do déficit público.

O Governo pretendia desconsiderar, neste cálculo do déficit nominal, o deságio pago pelo Banco Central na colocação de ORTN monetárias. Como o déficit nominal (corrigido pela inflação e pela correção cambial) tende a ultrapassar os tetos combinados no semestre, em consequência da inflação, os técnicos brasileiros acreditam que somente sem a parcela do deságio seria possível, com a ajuda substancial dos juros pagos pelo Banco do Brasil ao Tesouro, segurar o saldo dos financiamentos ao setor público em apenas Cr\$ 23,75 trilhões como esse meta é considerada "critério de desempenho" pelo Fundo obrigaria o Brasil a solicitar o **walver** em caso de descumprimento.